

CIDADANIA, PODER E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Douglas Santos Mezacasa

(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2020

CIDADANIA, PODER E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Douglas Santos Mezacasa
(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C568	<p>Cidadania, poder e desenvolvimento no estado democrático de direito [recurso eletrônico] / Organizador Douglas Santos Mezacasa. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-038-4 DOI 10.22533/at.ed.384201205</p> <p>1. Cidadania. 2. Brasil – Política e governo. 3. Democracia. I.Mezacasa, Douglas Santos.</p> <p style="text-align: right;">CDD 323.6</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O século XX presenciou duas grandes guerras que demarcaram o genocídio e o ferimento dos preceitos individuais como forma de projeto político e ideológico. Contudo, com fim da 2ª guerra mundial, os Estados reunem com o fim de estabelecer a paz mundial, resguardar os direitos individuais e coletivos e resgatar a dignidade humana dos cidadãos. A criação da ONU, trouxe o viés principiológico em defesa do indivíduo que acabou por se estender no âmbito interno de todos os países que assinaram a Carta das Nações Unidas.

A partir daí a Constituição da República federativa do Brasil, promulgada em 1988, constitui-se um Estado Democrático de Direito ancorada nos fundamentos da soberania, da cidadania, do princípio da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pelo pluralismo político.

Inspirados e ambicionado no Estado Democrático de Direito, a Atena Editora lança a sua segunda edição da coletânea intitulada “Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito” um compendio composto por quinze capítulos que une pesquisadores especialistas, mestres e doutores de instituições localizadas de todas as áreas do Brasil. Trata-se de uma obra que discute temáticas variadas de todas as searas das grandes áreas das Ciências Jurídicas. De maneira geral, os capítulos, que abordam esses espaços, estruturam-se com o objetivo de analisar os princípios basilares da Constituição Federal no intuito de garantir o Estado Democrático de Direito.

A segunda edição realizada em formato de e-book, é inovadora nas pesquisas jurídicas e nas áreas de concentração do direito contemporâneo. Nesse sentido, a coletânea abordará temas relativos às questões de constitucionalismo, preservação dos direitos fundamentais, direito comparado, questões históricas do direito, direito educacional e as demais atualidades que permeiam o meio jurídico perante os Tribunais superiores.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres, doutores e todos aqueles juristas que de alguma forma se interessam pela ciência jurídica e pelo Direito. Possuir um material acadêmico que reflita a evolução de diferentes áreas do direito e da sociedade, de forma temporal, com dados e resultados substanciais e concretos torna-se muito relevante para o campo da pesquisa no Brasil.

Deste modo a obra “Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito” apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados práticos obtidos pelos diversos professores, acadêmicos e pesquisadores que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS CONTRIBUIÇÕES DO "POETA-JUIZ" PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA JUSTIFICAÇÃO RACIONAL HUMANISTA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS CONTEMPORÂNEOS	
Bárbara Amelize Costa Fernando José Armando Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.3842012051	
CAPÍTULO 2	17
A BOA-FÉ OBJETIVA NOS CONTRATOS EMPRESARIAIS	
Alessandra Cristina Furlan	
DOI 10.22533/at.ed.3842012052	
CAPÍTULO 3	30
A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA LEGAL E A PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO MÍNIMO	
Ihgor Jean Rego Ana Camila Mateus	
DOI 10.22533/at.ed.3842012053	
CAPÍTULO 4	49
AS SENZALAS DA MODERNIDADE: O DESEMPENHO DO TRABALHO DOMÉSTICO FRENTE AO DESRESPEITO AOS PRECEITOS DE DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS	
Ana Caroline Lima Melo Angélica Maria Lins dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3842012054	
CAPÍTULO 5	59
A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO E A JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES QUE EVIDENCIAM O PROTAGONISMO JUDICIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO	
Rodrigo Barzotto Pereira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3842012055	
CAPÍTULO 6	72
ASSOCIAÇÃO E SUA LEGITIMIDADE - DIREITO COMPARADO	
Claudiane Aquino Roesel	
DOI 10.22533/at.ed.3842012056	
CAPÍTULO 7	88
CONSUMIDO NA PÓS-MODERNIDADE - PRODUZIDO NA IDADE MÉDIA	
Adelcio Machado dos Santos Ângela Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.3842012057	
CAPÍTULO 8	94
DEMOCRACIA E DELIBERACIONISMO: UM DEBATE NECESSÁRIO EM TEMPOS DE CRISE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	
José Elias Domingos Costa Marques Renato Gomes Viera Gustavo de Faria Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.3842012058	

CAPÍTULO 9	109
DISCURSO DE ÓDIO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO: POR UMA LEITURA CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA DA IMUNIDADE MATERIAL DOS PARLAMENTARES	
Flávio Couto Bernardes Almir Megali Neto Frederico Machado Marques	
DOI 10.22533/at.ed.3842012059	
CAPÍTULO 10	120
IMPEDIMENTO AO CASAMENTO CIVIL, NO CASO DE CONDENAÇÃO POR HOMICÍDIO POR UM DOS NUBENTES	
Pedro Luiz Milhomem Santos Paulo	
DOI 10.22533/at.ed.38420120510	
CAPÍTULO 11	122
O FOMENTO DA ATIVIDADE EMPRESÁRIA VISANDO O DESENVOLVIMENTO SOCIAL. UMA NOVA RELAÇÃO ESTADO-EMPRESA ATRAVÉS DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	
Jean Colbert Dias	
DOI 10.22533/at.ed.38420120511	
CAPÍTULO 12	140
O NEOCONSTITUCIONALISMO COMO OFENSA AO ESTADO DE DIREITO	
Glalber Silvino Hora	
DOI 10.22533/at.ed.38420120512	
CAPÍTULO 13	149
PROIBIÇÃO DA DIVULGAÇÃO DO NAZISMO E RESTRINGIBILIDADE DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	
Juliana Picollo Messias Pedro Lima Marcheri	
DOI 10.22533/at.ed.38420120513	
CAPÍTULO 14	160
UMA ANÁLISE DO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL NA OBRA <i>O ABRAÇO</i> DE LYGIA BOJUNGA	
Anízio Alves de Oliveira Neto	
DOI 10.22533/at.ed.38420120514	
CAPÍTULO 15	174
O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: TEORIZAÇÕES E REFLEXÕES	
Cláudia Terra do Nascimento Paz	
DOI 10.22533/at.ed.38420120515	
SOBRE O ORGANIZADOR	189
ÍNDICE REMISSIVO	190

CONSUMIDO NA PÓS-MODERNIDADE - PRODUZIDO NA IDADE MÉDIA

Data de aceite: 06/05/2020

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente, pesquisador e orientador nos Programas de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Uniarp. Endereço: Rua Prof. Egídio Ferreira, nº 271, Apto. 303 – 88090-699 Florianópolis (SC) Brasil. E-mail: adelciomachado@gmail.com.

Ângela Cardoso

Jornalista, graduado pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Jornalista (MTE/SC nº 0002863). Endereço: Rua Paulo Castelli, nº 32, Bairro Vila Paraíso, Caçador (SC), Brasil. E-mail: angelacardoso21@hotmail.com.

RESUMO: O conhecimento constitui-se, hodiernamente um fator de sucesso para as organizações e para os países. Na sociedade do conhecimento e da informação, o conhecimento se transforma no fator-chave da economia pós-moderna e o precípua determinante da modificação ocupacional. Os trabalhadores necessitam se adaptar as novas exigências em termos de educação e, por serem o capital humano da organização, também adquirem relevância, uma vez que são responsáveis por todo o capital intelectual que a organização possui, ademais de produzirem, compartilharem

e transformarem o conhecimento em ação e resultados. Contudo, paralelamente a esta sociedade, coabita outra, ainda pautada pelos princípios socioeconômicos mais arcaicos, deitando raízes na Idade Média. Este artigo projeta luz sobre esta conjuntura, resgatando os conceitos de “Brasil, Terra de Contrastes”, da lavra de Roger Bastide.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-Modernidade. Arcaísmo. Agricultura.

CONSUMED IN POSTMODERNITY - PRODUCED IN THE MIDDLE AGES

ABSTRACT: The knowledge has currently become a tool for success for organizations, companies and countries. In the society of knowledge and incoming information in which we live, knowledge becomes a key factor of the postmodern economy and the primary determining purpose of occupational change. Workers need to adapt to new demands on education, and once they are human capital of companies and organizations, they also become relevant, since they are responsible for all the intellectual capital that the organizations have, besides producing, sharing and transforming knowledge into action and results. However, parallel to this society, there is another one, coexisting, that is still guided by the most archaic socioeconomic principles, laying its roots in the

Middle Ages. This article highlights this situation, resuming concepts from “Brasil, Terra de Contrastes” the work that belongs to Roger Bastide.

KEYWORDS: Post-modernity, Archaism, Agriculture.

INTRODUÇÃO

O francês Roger Bastide, com muita justiça, figura na galeria dos destacados membros da “intelligentsia” brasileira, porquanto deu a lume pesquisas fundamentais para compreensão cultural. No entanto, o título de uma de suas obras avulta pela precisão e clareza – “Brasil, terra de contrastes”. Esta projeta luz sobre uma das mais interessantes facetas do Brasil, que, entrementes, hospeda as dimensões da Pós-Modernidade e relações socioeconômicas afinadas com a Idade Média, configuradas na sociedade do conhecimento coabitando com estruturas sobremodo arcaicas.

Em primeiro lugar, a realidade atual torna cada vez mais difícil para as organizações em geral responderem à crescente complexidade da sociedade. Em grande parte, isso emana avanço tecnológico, que acontece quando o acúmulo de informações chega a um estágio que cria um novo patamar de conhecimento. Comumente a motivação, quando existe, resulta de uma carência a ser atendida e, mesmo assim, somente ocorre quando o contexto viabiliza a sua aplicação (CALDAS; AMARAL, 2001).

O conhecimento consiste na peça central que move essa sociedade complexa. Na realidade, conforme explicam Zabot e Silva (2002), a relevância do conhecimento não é uma descoberta nova, pois desde os tempos mais remotos, sabe-se que os homens que detinham muito conhecimento eram os que se destacavam dos demais. O problema, em última análise, consiste que, durante muito tempo, o acesso ao conhecimento, em realidade, restringia-se a alguns apanagiados, e o próprio conhecimento era, muitas vezes, empregado como meio de domínio e opressão. O conhecimento é, na realidade, um trunfo competitivo de extremo poder, e não apenas sua aquisição é relevante, mas também sua criação e transferência.

No juízo da lavra de Santiago Jr. (2004, p. 29), o conhecimento pode ser concebido como “uma mistura fluida de experiências, valores, informações contextualizadas e *insights*”. Ele permite a existência de uma estrutura para avaliar a incorporação de novas experiências e informações. O conhecimento se origina na cabeça das pessoas e se faz presente nas organizações não apenas em documentos, mas também em rotinas, processos e práticas.

De acordo com Toffer (apud ZABOT; SILVA, 2002, p. 67), o conhecimento constitui “a fonte de poder da mais alta qualidade e a chave para a futura mudança de poder”. O conhecimento passou de auxiliar do poder monetário e da força física a sua própria essência, e é por isso que a batalha pelo controle do conhecimento está se tornando cada vez mais acirrada em todo o mundo.

DESENVOLVIMENTO

Crawford (2000 apud ZABOT; SILVA, 2002) indica quatro características centrais inerentes ao conhecimento, que o transformam em um recurso único na criação de uma nova economia:

- a) o conhecimento é difundível e se auto-reproduz: diferentemente das matérias-primas da economia industrial, as quais se constituem como recursos finitos, o conhecimento expande-se e aumenta na medida em que é empregado. Quanto mais é usado para desempenhar uma tarefa, mais ele é aprimorado e possibilita entender com maior profundidade essa tarefa;
- b) o conhecimento é substituível: isso significa que o conhecimento pode substituir outros recursos como o trabalho e o capital. Novas técnicas de plantio, por exemplo, podem produzir mais em mesmo espaço de terra;
- c) o conhecimento é transportável: na sociedade eletrônica atual, o conhecimento pode se mover de forma muito rápida, por intermédio dos fluxos de informação;
- d) o conhecimento é compartilhável: a transferência de conhecimento para outras pessoas não impede o uso desse mesmo conhecimento por seu original detentor.

Importa salientar que o conhecimento pode ser classificado em diversas tipologias, conforme expõe Lapa (2004):

- a) Conhecimento explícito: compreende o conjunto de informações já registradas em algum suporte (livros, documentos, etc.) e que caracteriza o saber disponível sobre tema específico;
- b) Conhecimento tácito: diz respeito ao acúmulo de saber prático acerca de um determinado assunto, que agrega convicções, crenças, sentimentos, emoções e outros fatores relacionados à experiência e à personalidade de quem detém, mas não está registrado em local algum; e
- c) Conhecimento estratégico: resulta da combinação de conhecimento explícito e tácito constituído com base em informações de acompanhamento, agregando o conhecimento de especialistas.

Em relação a essa classificação do conhecimento, desenvolvida inicialmente pelos autores Nonaka e Takeuchi (1997), Zabot e Silva (2002) ainda acrescentam que o conhecimento explícito pode ser articulado na linguagem formal, inclusive em

afirmações gramaticais, especificações técnicas e expressões matemáticas. Esse tipo de conhecimento pode ser transmitido, formalmente, de modo relativamente fácil entre os indivíduos de uma organização.

O conhecimento tácito, por sua vez, compreende o conhecimento pessoal incorporado à experiência individual, envolvendo fatores intangíveis, como crenças pessoais, perspectivas, sistemas de valor e experiências individuais. Em virtude de suas características, esse conhecimento é bem mais difícil de ser articulado e transmitido em linguagem formal, sendo difícil de visualizá-lo e exprimi-lo, visto que está profundamente enraizado em experiências, emoções, valores ou ideais. Destarte, conforme Zabet e Silva (2002), para que possa ser compartilhado dentro da organização, o conhecimento tácito precisa ser convertido em explícito e vice-versa e é por meio dessa conversão que se dá a criação do conhecimento organizacional.

De acordo com Zabet e Silva (2002), o conhecimento pode ser considerado como um capital das organizações, isto é, como qualquer forma de riqueza empregada com a finalidade de produzir mais riqueza. O desenvolvimento do conhecimento é pressuposto para o desenvolvimento da tecnologia, sendo que novos conhecimentos conduzem a novas tecnologias, o que resulta em mudanças na economia que, por sua vez, promove mudança social e, por conseguinte, mudança política e de paradigmas.

Choo (2003) apresenta ainda algumas características essenciais do conhecimento organizacional, quais sejam: o conhecimento é mediado, situado, provisório, pragmático e contestável.

A primeira dessas características, qual seja, a de que o conhecimento é mediado significa que o conhecimento organizacional se configura como uma propriedade dos sistemas de atividade, que são constituídos de indivíduos, rotinas e objetos de atividade. O conhecimento é o resultado de interações entre esses três elementos.

Essas interações não ocorrem de modo direto, mas são mediados por regras formais e informais, papéis e relacionamentos, e pelo uso de ferramentas e tecnologias. Atualmente, cada vez mais os sistemas computadorizados de informação são responsáveis por efetuar a mediação entre os indivíduos e suas rotinas de busca e uso da informação. As tecnologias de comunicação modificam os papéis tradicionais e os relacionamentos dentro de um grupo de trabalho, entre um grupo e outro e uma organização e outra (CHOO, 2003).

Outra característica do conhecimento organizacional é o fato de ele ser situado. De acordo com Choo (2003), o conhecimento se localiza no tempo e no espaço e interage com os elementos físicos e sociais do ambiente onde a atividade é desenvolvida. As ações das pessoas são limitadas ou favorecidas por seus ambientes físico e social imediatos, que as orientam a explorar algumas contingências do ambiente e a evitar outras. Ao mesmo tempo, as ações têm o potencial de mudar o ambiente e, com isso, criar novos modos de interação. O modo como as pessoas interpretam o contexto no qual trabalham também interfere no conhecimento organizacional, incluindo a percepção e os sentimentos dos indivíduos em relação à comunidade à qual pertencem

e na qual desenvolvem suas atividades.

A característica da provisoriedade do conhecimento é assim apresentada por Choo (2003, p. 357):

Novos conhecimentos são sempre testados à medida que hipóteses e teorias são continuamente construídas, experimentadas e reestruturadas. As rotinas, as regras e os papéis não são permanentes, mas constantemente revistos e reconfigurados. A intrusão de forças externas a um sistema de atividade e as subsequentes tentativas de assimilação e interiorização podem gerar grandes tensões e contradições. Novas maneiras de conhecer e fazer emergem em consequência da eliminação dessas tensões por meio do diálogo, da experimentação e da busca coletiva. Os novos conhecimentos também são fluidos, prontos para serem aperfeiçoados pelo próximo ciclo de mudanças.

Por conseguinte, cada vez mais, na sociedade atual, os conhecimentos perdem seu valor de forma acelerada, sendo, em pouco tempo, substituídos por outros mais avançados. Esse ciclo de mudanças, que evidencia como o conhecimento é provisório, tem se acelerado cada vez mais.

A característica do pragmatismo do conhecimento significa que o conhecimento produz uma ação orientada para objetivos, direcionada para o objeto da atividade. A ação coletiva é guiada pelas concepções que as pessoas possuem acerca do objeto de suas atividades. Novamente, tem-se que as tecnologias de informação influenciam o modo das pessoas perceberem e se relacionarem com seus objetivos de trabalho, mas seus efeitos variam, dependendo do papel atribuído à tecnologia.

Enquanto, por um lado, os sistemas de informação computadorizados obscurecem o conteúdo do trabalho ou aumentam a distância entre o indivíduo e o objeto do trabalho, por outro, permitem informar o ambiente de trabalho, oferecendo visões ricas do trabalho e oportunidades de desenvolver capacidades intelectuais (CHOO, 2003).

Por fim, verifica-se a característica de que o conhecimento organizacional é contestável, em virtude de seu tom político. Conforme explica Choo (2003), o fato de o conhecimento ser, em muitas situações, um recurso de poder nas organizações, faz com que ele termine por adquirir uma expressão política. Os sistemas de atividade são sistemas sociais, e os elementos do sistema social exercem níveis diferentes de influência.

Por isso, questões como o acesso à informação, ferramentas e treinamento, bem como a participação em comissões, diálogos e decisões, tornam-se fontes potenciais de conflito. Destarte, é inevitável a ocorrência de conflitos entre novas e antigas gerações simbólicas, entre aqueles que resolvem os problemas e entre os que vários níveis de funções profissionais e administrativas.

Tudo isso é veraz, entretanto, a par de tal sociedade, residente na Pós-Modernidade, interagindo ou entranhada, processa-se outra sociedade, cujas relações socioeconômicas exibem cariz de extrema antiguidade.

O Município de Caçador, no Meio-Oeste catarinense, é responsável

por mais de 80% da produção de tomate do Estado de Santa Catarina, com movimento financeiro superior a R\$ 50 mil por ano. Os dados impressionam e desnudam por trás deles uma figura essencial para este desempenho: o meeiro. É o trabalhador rural que vê muito pouco do dinheiro, mas é o partícipe ativo do processo, desde a colocação da muda na terra, até a colheita.

A exploração do tomate em Caçador processa-se mormente por mão-de-obra familiar ou utilizando meeiros que são remunerados através da divisão dos resultados da safra. Funciona da seguinte forma: a pessoa é contratada para cuidar de um número pré-determinado de pés de tomate, do começo ao fim do período de produção. Em média, 15 mil pés cada um. Para dar conta do trabalho, o homem trabalha com a mulher e outros parentes.

Depois da colheita, o produtor paga pelo serviço, que é fracionado por caixa de tomate produzida. O valor é repartido entre os trabalhadores.

São seis meses de trabalho até o resultado final e do acerto nem sempre sobeja o suficiente para garantir a subsistência nos meses seguintes, visto que boa parte da renda é comprometida em compras efetivas ao longo do período. Mesmo assim, o serviço continua sendo um atrativo e traz todos os anos famílias inteiras para Caçador.

Uma vez que o tomate se constitui em cultura de risco, muito poucos conseguem amearhar pecúnia para depois retornarem para suas cidades, com economias. A agricultura Helena Marques, 33 anos, deixou Ponte Serrada há três anos para trabalhar nas lavouras de tomate. Esperava resultado melhor, contudo, neste período, apenas conseguiu comprar alguns móveis e roupas para as crianças.

Ela, o companheiro Newton César das Neves, 21 e os quatro filhos estão desde o mês setembro morando na localidade de Cerro Branco. A família é responsável por 12.200 pés de tomates.

A esperança de Helena, que está grávida de nove meses é conseguir dinheiro o suficiente nesta messe para aquisição de uma residência. Não importa o lugar. Contudo, ela reconhece os escolhos à aspiração. “Na última safra, tiramos R\$3.380,00. Aí fomos pagando uma coisa e outra, pagamos o peão que ajudou e sobrou um pouco para comprar umas coisas para dentro de casa. A casa mesmo ainda não deu”, conta ela, que morava na cidade, mas vendeu a casa para tentar a sorte no tomate.

Agora, ela espera contar com a solidariedade do proprietário das terras, para deixá-la morar na casa depois da safra terminar. “Não temos nada. Se o dono não deixar ficar nas terras, não temos para onde ir”. Dinheiro para ir vivendo até o acerto, no final da safra, a família não tem. Nem mesmo existe o enxoval da criança que pode nascer a qualquer momento. “Difícil mesmo é enfrentar a lida. Para os meus filhos eu não quero isso. Quero que eles estudem e encontrem um serviço melhor”.

Em situação parecida com de Helena vive o meeiro Luiz Carlos Ribeiro, 38 anos, que veio de General Carneiro (PR). Ele, a mulher Maria Aparecida Neves, 42 e os nove filhos também vieram tentar a sorte no tomate. Dos filhos, o mais novo tem dois anos e o mais velho 14. Eles moram há seis anos em Caçador e é a segunda vez

que laboram na atividade.

Na primeira safra, foram somente dívidas. “Não deu nada. Ficamos com as despesas. Mas esperamos que este ano a produção seja melhor”, revela. Nos outros meses do ano, Ribeiro é catador de papel e aluga um habitáculo na cidade para morar. A aquisição de uma residência também se constitui no grande sonho da família. “Se não der este ano, vamos tentar de novo o ano que vem. Não posso desistir”, completa.

Os meeiros labutam, em média, até 12 horas por dia, nos períodos de messe. Por via de regra, o labor se prolonga até que a luz do dia existir. Ninguém curte necessidades basilares, porque os trabalhadores utilizam vales compra para adquirirem comida, em mercados indicados pelos donos das terras.

Há três anos, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) vem fazendo reuniões com os produtores e orientando sobre a necessidade normatizada de se registrar em carteira, o trabalhador temporário. “Já houve muitos avanços neste sentido. Antes era somente o contrato de parceira. Hoje, a maioria está devidamente registrada, com pagamento em folha”, destaca o auditor fiscal da DRT de Caçador, Sílvio Córdova.

No entanto, ainda se verificam problemas crônicos, como, à guisa de exemplo, o atrelamento antecipado em dívidas. Todos os entrevistados confirmaram que para a compra de comida, não há liberação de dinheiro em espécie, apenas vales-compras. Quando se precisa de remédios, são liberados os vales de farmácia. “Essa é uma prática ilegal porque fere o direito da pessoa escolher onde ela quer comprar. Estamos tentando mudar esta situação também, mas sabemos que não será uma tarefa fácil. Há poucos fiscais para inibir a prática, mas aos poucos, acredito que isso vai mudar. Uma grande parte de produtores já faz o pagamento mês a mês”.

Na escola isolada Joaquim Nabuco, de 1ª a 4ª série, na linha Aliança, dos 17 anos, 13 são filhos de meeiros. A Profª Fátima Aparecida Castilho, 47 anos, conta que os alunos vêm de diversas regiões do Paraná e com diferentes níveis de aprendizagem, o que dificulta bastante o trabalho. “Normalmente, tenho que começar o zero, começar a alfabetizar, porque a maioria chega aqui e não sabe nem o básico”, relata ela. Os alunos começam a chegar em meados do ano letivo e lotam a pequena sala de aula, onde a professora trabalha paralelamente com as quatro séries.

Crianças com distorções idade-série abundam nas escolas isoladas nesta época do ano. “Tenho alunos aqui com 14 anos que estão na 4ª série e ainda com dificuldades de aprender”, explica. Ademais do processo de alfabetização, a professora também faz às vezes de psicóloga porque, segundo ela, muitas crianças vêm de famílias desestruturadas, enfrentando junto a mudança repentina de lugar.

O aluno César Terreiro tem 13 anos e é o mais novo aluno da 4ª série da escola Joaquim Nabuco. Ele nasceu em Astorga (PR), mas tem um carregado sotaque paulista. “Antes de vir para cá, a gente estava no interior de São Paulo na colheita do café”, conta. A família dele divide o ano conforme as safras, vivendo em diferentes regiões e, pela primeira vez, tentam a sorte no tomate.

CONCLUSÃO

Enfim, “Brasil, Terra de Contrastes”.

REFERÊNCIAS

CALDAS, Ricardo W.; AMARAL, Carlos Alberto A. **Mudanças, razão das incertezas**: introdução à gestão do conhecimento. São Paulo: Cla, 2001.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

LAPA, Eduardo. **Gestão do conteúdo**: como apoio à Gestão do Conhecimento. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SANTIAGO JR., José Renato Sátiro. **Gestão do conhecimento**: a chave para sucesso empresarial. São Paulo: Novatec, 2004.

ZABOT, João Batista M.; SILVA, L. C. Mello da. **Gestão do conhecimento**: aprendizagem e tecnologia, construindo a inteligência coletiva. São Paulo: Atlas, 2002

ÍNDICE REMISSIVO

A

Argumentação jurídica 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71

Ativismo judicial 59, 60, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 125, 142, 143, 147, 148

C

Capital humano 86

Casamento civil 120

Contratos empresariais 17, 19, 23, 24, 28

D

Decisões judiciais 2, 19, 60, 63, 64, 70

Deliberacionismo 94, 95, 96, 106

Democracia 15, 59, 62, 82, 83, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 116, 118, 150, 151, 187, 188

Desenvolvimento social 122, 123, 126, 130, 132, 137

Direito comparado 72, 83, 144

Direitos fundamentais 30, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 41, 46, 49, 59, 67, 68, 82, 109, 116, 117, 118, 121, 124, 146, 150, 151, 152, 153, 154, 182, 184, 185, 188

Direitos humanos 33, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 84, 112, 124, 151, 153, 156, 157, 158, 159, 181, 186, 189

Discurso do ódio 114, 115, 119, 151, 154, 158, 159

E

Educação 1, 47, 55, 86, 94, 126, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Escravidão 8, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57

Estado constitucional 140, 142

F

Fraternidade 34, 153

H

Homicídio 120, 121, 160

I

Idade média 3, 86, 87, 181

Igualdade 11, 14, 17, 28, 34, 42, 73, 78, 82, 83, 99, 100, 101, 102, 107, 121, 128, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 178, 182, 187, 188

Iluminismo 2

Imparcialidade 1, 2, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Impenhorabilidade 30, 31, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47

Imunidade material 109, 111, 115, 116, 117

Informação 22, 24, 26, 27, 70, 86, 88, 89, 90, 93, 133, 159

J

Jurisprudência 15, 19, 24, 36, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 60, 74, 78, 80, 81, 109, 117

Justiça do trabalho 12, 59, 60, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71

Justiça social 34, 94, 99, 103, 151, 161, 174, 175, 176, 177, 187, 188

L

Liberalismo 99, 100, 101, 102, 107

Liberdade de expressão 109, 110, 111, 114, 115, 117, 118, 119, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159

Liberdade econômica 21, 72, 73, 132, 178

Licitude 122, 152, 156

Literatura 1, 13, 19, 24, 97, 149, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 170, 172, 173, 175

Livre iniciativa 23, 52, 72, 132

N

Nazismo 149, 150, 155, 158, 159

Neoconstitucionalismo 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148

Neutralidade 1, 2, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Nubentes 120, 121

P

Parlamentares 109, 111, 115, 116, 117, 145, 166

Patrimônio 6, 30, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 45, 46, 47, 74, 76, 77, 81, 161

Poder 5, 12, 17, 20, 21, 27, 30, 32, 33, 34, 42, 49, 51, 54, 57, 59, 63, 66, 67, 68, 69, 72, 82, 83, 84, 86, 87, 90, 94, 95, 100, 101, 102, 104, 105, 109, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 154, 160, 174, 179, 183, 185, 189, 190, 191

Política 2, 62, 63, 89, 90, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 113, 116, 118, 125, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 186, 188

Pós-modernidade 17, 86, 87, 90

Protagonismo judicial 59, 60, 65, 66, 68, 69

S

Seguradora 74, 79

Segurados 74, 75, 78, 79

Senzalas 49

T

Trabalho doméstico 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

V

Vulnerável 12, 26, 160, 161, 162, 167, 171, 172

 **Atena**
Editora

2 0 2 0